

Cartografia afro-lusa

de Cultura, Língua e Artes

Lusotropicalismo (2017)

(cartografia_2017.html) #Espistemologias (cartografia_seccoes.html#epistemologias)

O lusotropicalismo, ainda que enquanto conceito e pensamento seja relativamente recente, é provavelmente um dos imaginários coloniais que mais contribuiu para a imagem de unicidade do Império português ultramarino. O termo, cunhado e desenvolvido em vários textos e intervenções públicas do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987) a partir dos anos 30, culminou nas suas obras *Integração portuguesa nos trópicos* (1958) e *O luso e o trópico* (1961). Tendo como referente a sociedade brasileira, debruçava-se sobre a relação de Portugal com os trópicos, argumentando que os portugueses foram melhores colonizadores, pois, sendo menos violentos, menos racistas e mais dispostos à miscigenação, deram origem a sociedades mestiças de harmonia racial. Tal dever-se-ia ao facto de o povo português ser ele próprio resultado de migrações e cruzamentos raciais e culturais com mouros e judeus.

Ora, os engodos do lusotropicalismos começam desde logo na visão idealizada tanto dos primeiros séculos de Portugal como da sociedade brasileira e de outros espaços coloniais portugueses de miscigenação. Como sabemos, a nação portuguesa formou-se imaginando-se cristã, antimuçulmana e antijudaica. A perseguição e expurgação de todo e qualquer elemento não-cristão traduziu-se na expulsão, subjugação e conversão dos mouros, bem como na violência antissemita que, com a Inquisição, se torna política oficial.

Na sua visão eufórica das sociedades mestiças que emergiram nos espaços colonias portuguesas, Freyre percebe os contactos sexuais subjacentes à miscigenação como prova de relações pacíficas sem preconceitos. Esta visão silencia os sistemas de opressão que moldavam, em grande parte, tais contactos e a sua dimensão sexista. Tratava-se na realidade de acesso do homem branco à sexualidade da mulher negra num contexto em que a constelação homem negro/mulher branca era estigmatizada e/ou perseguida. Olhemos para Luanda, cidade conhecida pela emergência de uma elite local mestiça no século XIX. Centro nevrálgico do tráfico de pessoas para as Américas, Luanda é também a base para a difusão do poder colonial português ao território que forma atualmente Angola. No seu romance histórico *A gloriosa família* (1997), Pepetela revisita pela ficção as origens da mestiçagem no contexto colonial. Se é certo que muitos relacionamentos nasceram de acordos entre europeus e chefes locais, e que muitos foram consentidos, a mestiçagem luandense resultava em grande parte de relações sexuais forçadas de europeus com mulheres negras capturadas e escravizadas. A abolição da escravatura não significou o fim deste sistema de exploração sexual.

Uma análise crítica de um texto como *Alguns aspectos dos musseques de Luanda* (1948) de Júlio de Castro Lopo permite desvendar um profundo enredamento entre sexismo e racismo. Um narrador branco alterna entre o deleite pelo consumo sexual de jovens mestiças e o incómodo perante o drama destas mulheres filhas de pai branco desconhecido condenadas à prostituição. Em contrapartida, a exploração sexual de mulheres negras é totalmente naturalizada no seu discurso.

Também à mestiçagem brasileira subjaz um substrato escravocrata, bem como séculos de violência sobre as populações indígenas. Longe de qualquer harmonia racial, o Brasil desenvolveu-se como sociedade patriarcal em que a exploração laboral e sexual das mulheres negras foi pedra basilar na manutenção do sistema de opressão racial.

O regime português mostrou-se inicialmente pouco recetivo às teses de Freyre, precisamente por não partilhar a visão eufórica da mestiçagem (Castelo, 2013). A situação altera-se após a Segunda Guerra Mundial, quando o lusotropicalismo permite a Portugal, que anteriormente se aliara a Estados estruturados por ideologias da raça como o Terceiro Reich, reinventar-se como país não racista. Perante uma crescente pressão internacional para descolonizar, Portugal procede a uma revisão constitucional (1951) em que as colónias passam a ser designadas por “províncias ultramarinas”. As teses de Freyre permitiram à propaganda portuguesa proclamar Portugal como uma nação multicultural, multirracial e pluricontinental. Esta “fórmula mágica” visava “justificar a permanência de Portugal nas terras africanas, já não

enquanto presença colonial, [...], mas a caminho desse novo paradigma, o ‘paraíso lusotropical’ em construção” (Ribeiro, 2004: 155).

A expressão “Deus criou o branco e o negro, o português criou o mulato” mostra até que ponto o imaginário lusotropical se impregnou na sociedade portuguesa. O impacto de Freyre extravasou largamente o domínio da propaganda salazarista, penetrando no meio académico-científico e nos quadros da administração. Progressivamente uma “versão simplificada do lusotropicalismo foi entrando no imaginário nacional contribuindo para a consolidação da auto-imagem em que os portugueses melhor se revêem: a de um povo tolerante, fraterno, plástico e de vocação ecuménica” (Castelo, 2013). Ora, é sobretudo neste imaginário que os seus resquícios continuam a emergir repetidamente na sociedade portuguesa.

Se é certo que a crítica ao lusotropicalismo não deverá abrir caminho à celebração da autenticidade nem ao menosprezo pela mestiçagem, também é certo que as sociedades afetadas por tais teses não poderão ignorar o silenciamento de violências e opressões que tais discursos fomentaram, bem como o facto de a miscigenação no contexto colonial resultar, em grande parte, de uma conjuntura em que a sexualidade era vivida através do racismo.

Referências:

Geffray, Christian (1997), “Le lusotropicalisme comme discours de l’amour dans la servitude”, *Lusotopie 1997*, 361-372.

Castelo, Claudia (2013), “O lusotropicalismo e o colonialismo português tardio”, *Buala*, <http://www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio>. (<http://www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio>)

Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma história de regressos. Império, Guerra Colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento.

Júlia Garraio

CES, Investigadora *Memoirs – Filhos de império e pós-memórias europeias*,
ERC

[voltar \(cartografia.html\)](#)